

Nestor Waldhelm Neto

# **Segurança do Trabalho**

## **Os Primeiros Passos**



**editora**  
**VIENA**

1ª Edição Revisada e Atualizada  
Bauru/SP  
Editora Viena  
2018



# SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>23</b>
<b>1. INTRODUÇÃO A SEGURANÇA DO TRABALHO .....</b>	<b>25</b>
1.1. O que é Segurança do Trabalho? .....	27
1.2. Como Surgiu a Segurança do Trabalho – Um Pouco de História.....	28
1.2.1. No Mundo .....	28
1.2.2. No Brasil .....	29
1.3. Introdução ao Estudo do SESMT .....	31
1.4. O que é SESMT?.....	32
1.5. Atribuições do SESMT de Acordo com a NR 4 .....	33
1.6. Profissionais que Fazem Parte do SESMT .....	38
1.7. Profissionais Prevencionistas que não Fazem Parte do SESMT NR 4 .....	39
1.7.1. Psicólogo do Trabalho .....	40
1.7.2. Fisioterapeuta do Trabalho .....	40
1.7.3. Odontólogo do Trabalho .....	40
1.7.4. Ergonomista .....	40
1.7.5. Higienista Ocupacional .....	41
1.7.6. Tecnólogo de Segurança do Trabalho .....	41
1.8. Quem Define a Quantidade de Profissionais do SESMT que Devem Atuar na Empresa? .....	41
1.9. Importância da Segurança do Trabalho .....	41
1.9.1. Organização do Ambiente .....	42
1.9.2. Evitar Acidentes de Trabalho.....	42
1.9.3. Em quais Segmentos se Aplicam a Segurança do Trabalho.....	42
1.9.4. Os Riscos do Ambiente.....	42
1.9.5. O que a Empresa Ganha Investindo em Segurança do Trabalho?.....	43
1.9.6. Posso Contratar um Tecnólogo para o Lugar de um Técnico de Segurança do Trabalho?.....	44
1.9.7. Quais as Ferramentas que Podem ser Usadas para Promover a Segurança do Trabalho na Empresa? .....	44
1.9.8. E, por fim, Por que a Empresa Deve Investir em Segurança do Trabalho?.....	45
<b>2. NORMAS REGULAMENTADORAS .....</b>	<b>49</b>
2.1. O que são as NRs? .....	51
2.2. As NRs se Aplicam a quais Entidades? .....	51
2.3. Como Surgiram as NR's? .....	51
2.4. Quem Elabora as Normas Regulamentadoras (NRs) .....	52
2.5. Processo de Criação das Normas Regulamentadoras (NRs) .....	52
2.6. Principais Entidades que Participam da Elaboração e Revisão das NRs ..	53
2.7. O Cumprimento das NRs Elimina a Obrigatoriedade de Observação de Outras Normas? .....	53
2.8. Quais são as NRs mais Importantes? .....	53
2.9. Quantas NRs estão em Vigor Atualmente?.....	54
2.10. Como Saber Quais Normas Regulamentadoras Estão Atualizadas?.....	54
2.11. Resumo das Normas Regulamentadoras.....	54
2.12. A Importância das NRs.....	62

2.12.1.	Facilidade de Acesso.....	62
2.12.2.	Direção para o Empregador .....	63
2.12.3.	Direção para o SESMT da Empresa.....	63
2.12.4.	Direção para o Auditor do MTE.....	64
2.12.5.	Comissão Tripartite Paritária Permanente .....	64
2.12.6.	As Normas de Segurança são Importantes para os Trabalhadores.....	64
2.12.7.	As Normas de Segurança são Importantes para o Governo.....	65
2.13.	Como Calcular as Penalidades Previstas nas NRs?.....	65
<b>3.</b>	<b>RISCOS FÍSICOS NO AMBIENTE DE TRABALHO .....</b>	<b>77</b>
3.1.	Introdução.....	79
3.1.1.	Riscos Ambientais.....	79
3.1.2.	Riscos Físicos .....	80
3.2.	Ruídos - Introdução.....	80
3.2.1.	O Ruído e a Audição .....	81
3.2.2.	O que é Ruído?.....	81
3.2.3.	O que é Som? .....	81
3.2.4.	Como Perdemos a Audição?.....	81
3.2.5.	Explicando como Acontece.....	82
3.2.6.	Alguns dos Lugares mais Ruidosos .....	83
3.2.7.	Outras Causas que Induzem a Perda Auditiva .....	83
3.2.8.	Sinais e Sintomas de Perda Auditiva.....	83
3.2.9.	Como Evitar a Perda da Audição.....	84
3.2.10.	Medidas Administrativas e EPC.....	84
3.2.11.	Uso de EPI .....	84
3.2.12.	Protetor Auditivo Tipo Plug.....	85
3.2.13.	Protetor Auditivo Tipo Concha .....	86
3.2.14.	Protetor Auditivo Tipo Espuma .....	87
3.2.15.	Considerações Gerais.....	87
3.2.16.	Exames Audiométricos.....	88
3.2.17.	Outras Orientações de Segurança.....	89
3.3.	Vibrações .....	89
3.3.1.	Legislações .....	90
3.3.3.	Tipos de Vibrações.....	91
3.3.4.	Efeito das Vibrações.....	91
3.3.5.	Diminuindo ou Neutralizando o Risco .....	92
3.3.5.1.	Procedimentos para Realização do Trabalho .....	93
3.3.6.	Conclusão.....	95
3.4.	Radiações Ionizantes .....	95
3.4.1.	Efeitos da Radiação Ionizante .....	96
3.4.2.	Efeitos da Radiação Ionizante no Organismo .....	96
3.4.3.	O Desastre mais Famoso do Mundo .....	97
3.4.4.	Medidas Preventivas.....	97
3.4.5.	Mais Orientações de Segurança.....	98
3.5.	Radiações não Ionizantes .....	99
3.5.1.	Tipos de Radiação não Ionizantes mais Conhecidas .....	99
3.6.	Radiações Solares .....	99
3.6.1.	Radiação UVA.....	100
3.6.2.	Radiação UVB.....	100
3.6.2.1.	Efeitos Indesejados em Consequência da Exposição aos Raios Solares ..	100
3.6.3.	Queimaduras Solares .....	100
3.6.3.1.	Medidas Preventivas.....	101

3.6.4.	Creme de Proteção Com CA.....	101
3.6.5.	Radiação no Processo de Solda.....	102
3.6.5.1.	Equipamentos de Proteção Individual Indicados nos Processos de Soldagem.....	103
3.6.5.2.	Barreiras de Proteção.....	103
3.7.	Laser.....	103
3.7.1.	Uso do Laser.....	104
3.7.2.	Riscos na Utilização do Raio Laser.....	105
3.7.3.	Proteção em Nível Coletivo.....	105
3.7.4.	Proteção Individual.....	105
3.8.	Frio Ocupacional.....	106
3.8.1.	Equilíbrio de Temperatura.....	106
3.8.2.	Riscos do Trabalho em Ambientes Frios.....	106
3.8.3.	Tempo de Permanência no Trabalho a Frio.....	107
3.8.4.	Principais Lesões, Doenças e Problemas Provocados pelo Frio.....	108
3.8.5.	Primeiros Socorros.....	110
3.8.6.	Outras Medidas Preventivas e Corretivas.....	110
3.8.7.	Equipamentos de Proteção Individual para Trabalho a Frio.....	111
3.9.	Calor.....	111
3.9.1.	Locais de Trabalho com Maior Incidência de Calor.....	111
3.9.2.	Agravantes da Sensação de Calor.....	112
3.9.3.	Equilíbrio de Temperatura.....	112
3.9.4.	Normas Sobre Calor Ocupacional.....	113
3.9.5.	Principais Lesões, Doenças e Problemas Provocados pelo Calor.....	113
3.9.5.1.	Exaustão.....	113
3.9.5.2.	Esgotamento ou Desfalecimento.....	113
3.9.5.3.	Insolação.....	114
3.9.5.4.	Câmara do Calor.....	115
3.9.5.5.	Urticária ao Calor.....	115
3.9.10.	Medidas Gerais de Prevenção.....	116
3.9.10.1.	Copos Descartáveis - Pensando no Meio Ambiente.....	119
3.9.11.	Avaliação do Ambiente de Trabalho Segundo NR15.....	121
3.10.	Pressões Anormais.....	124
3.11.	Pressão Hiperbárica.....	124
3.11.1.	O que é Pressão Hiperbárica?.....	124
3.11.2.	Doença Descompressiva.....	125
3.11.3.	Orientações de Segurança.....	126
3.12.	Pressão Hipobárica.....	129
3.12.1.	O que é Pressão Hipobárica?.....	129
3.12.2.	Efeitos da Pressão Hipobárica.....	130
3.12.3.	Principais Sintomas dos Efeitos da Altitude.....	131
3.12.4.	Medidas de Prevenção Recomendadas.....	131
3.13.	Umidade.....	132
3.13.1.	Umidade Ocupacional.....	132
3.13.2.	Legislação.....	132
3.13.3.	Locais com mais Incidência de Umidade.....	132
3.13.4.	Os Riscos.....	133
3.13.5.	Formas de Penetração.....	133
3.13.6.	Medidas Preventivas.....	134
<b>4.</b>	<b>RISCOS QUÍMICOS.....</b>	<b>137</b>
4.1.	O Perigo que as vezes não Vemos.....	139

4.1.1.	O Começo de Tudo .....	140
4.1.2.	Reconhecimento do Risco no Ambiente .....	140
4.1.3.	Níveis de Prevenção .....	140
4.2.	Principais Doenças e seus Respetivos Causadores.....	141
4.3.	Chumbo - Saturnismo .....	141
4.3.1.	Legislação Sobre Insalubridade - Chumbo .....	141
4.3.2.	Um Pouco de História .....	142
4.3.3.	Formas de Penetração do Chumbo no Organismo .....	142
4.3.4.	Sintomas do Saturnismo .....	143
4.3.5.	Diagnóstico do Saturnismo.....	143
4.3.6.	Medidas de Prevenção.....	143
4.4.	Cromo (CR).....	143
4.4.1.	Legislação - Sobre Insalubridade nos Trabalhos com Cromo .....	144
4.4.2.	Vias de Absorção do Cromo.....	144
4.4.3.	Sintomas.....	144
4.4.4.	Diagnóstico .....	144
4.4.5.	Medidas de Prevenção.....	145
4.5.	Mercúrio.....	145
4.5.1.	Legislação Sobre Insalubridade Relacionada ao Mercúrio .....	145
4.5.2.	Uso do Mercúrio .....	145
4.5.3.	Os Riscos da Exposição ao Mercúrio.....	146
4.5.4.	Sintomas do Intoxicado .....	146
4.5.5.	Diagnóstico .....	147
4.5.6.	Medidas de Prevenção.....	147
4.6.	Manganês (MN) .....	148
4.6.1.	Manganês Alimento ou Poeira? .....	148
4.6.2.	Limite de Tolerância .....	149
4.6.3.	Medidas de Prevenção.....	149
4.7.	Cloro (CL) .....	150
4.7.1.	Limite de Tolerância - Insalubridade .....	151
4.7.2.	Sintomas de Exposição.....	151
4.7.3.	Primeiros Socorros.....	151
4.7.4.	Medidas Preventivas.....	151
4.8.	Arsênio (AS) .....	152
4.8.1.	Um Pouco de História .....	152
4.8.2.	Tratamento do Arsenismo.....	153
4.8.3.	Males Causados pelo Arsenismo .....	153
4.8.4.	Medidas Preventivas.....	153
4.9.	Fósforo (P).....	154
4.9.1.	Diferenças entre Fósforos .....	154
4.9.2.	Vias de Absorção.....	154
4.9.3.	Insalubridade - Norma Regulamentadora 15 - Anexo 13 .....	154
4.9.4.	Efeitos no Organismo .....	155
4.9.5.	Importante .....	155
4.9.6.	Medidas Preventivas.....	155
4.10.	Benzeno.....	155
4.10.1.	Como o Benzeno Penetra no Organismo .....	156
4.10.2.	A Absorção do Benzeno .....	156
4.10.3.	A Principal Via de Penetração do Benzeno .....	156
4.10.4.	Outras Formas de Absorção do Benzeno .....	157
4.10.5.	Os Mais Atingidos Pelo Benzeno .....	157

4.10.6.	Informação para Prevenção .....	157
4.10.7.	Insalubridade - Norma Regulamentadora 15 .....	157
4.11.	Silicose.....	159
4.11.1.	Trabalhadores Expostos.....	159
4.11.2.	Fases da Doença.....	159
4.12.	Asbestose .....	160
4.12.1.	Uso do Amianto .....	160
4.12.2.	Medidas Preventivas NR 15 .....	160
4.13.	Bagaçose .....	161
4.13.1.	Sintomas da Doença .....	161
4.13.2.	Insalubridade - Norma Regulamentadora 15 - Anexo 13 .....	161
4.13.3.	Conclusão.....	162
4.14.	Sobre o Pagamento de Adicional de Insalubridade .....	162
4.15.	A Importância da Notificação Compulsória .....	162
4.16.	Riscos Químicos - Definições .....	163
4.16.1.	Substâncias, Compostos ou Produtos Químicos.....	163
4.17.	Quadro II da NR 7.....	167
<b>5.</b>	<b>RISCOS BIOLÓGICOS.....</b>	<b>171</b>
5.1.	Biossegurança .....	173
5.2.	Classificação dos Riscos Biológicos.....	173
5.3.	Classificação dos Riscos Biológicos Segundo A NR 32 - Anexo 1 .....	174
5.4.	Vacinação Ocupacional.....	174
5.4.1.	A Primeira Vacina.....	174
5.4.2.	A Vacinação Segundo A NR 32 .....	175
5.4.3.	Vantagens da Vacinação .....	175
5.4.4.	Da Vacinação dos Trabalhadores .....	175
5.4.5.	As Formas de Vacinar.....	176
5.4.6.	Conclusão.....	177
5.5.	Risco Biológico - Insalubridade.....	177
5.6.	Medidas Preventivas Contra Riscos Biológicos.....	178
5.6.1.	Medidas Coletivas.....	178
5.6.2.	Medidas Individuais.....	179
5.7.	HIV.....	180
5.7.1.	O que é HIV? .....	181
5.7.2.	A Manifestação da Doença.....	181
5.7.3.	Como se Contrai o HIV?.....	182
5.7.4.	Perguntas Frequentes .....	182
5.7.5.	HIV no Trabalho .....	183
5.7.6.	O que Fazer em Caso de Exposição Acidental ao HIV no Trabalho? ....	183
5.8.	Riscos Biológicos - Definições.....	183
5.8.1.	Vírus.....	183
5.8.2.	Bactérias .....	184
5.8.3.	Protozoários.....	184
5.8.4.	Fungos.....	184
5.8.5.	Parasitas.....	184
5.8.6.	Bacilos .....	185
<b>6.</b>	<b>INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE.....</b>	<b>187</b>
6.1.	Insalubridade é uma Coisa Boa?.....	189
6.1.1.	Corte do Adicional por Inexistência da Fonte de Risco .....	190
6.1.2.	Quero Saber meus Direitos .....	190

6.1.3.	Um Mal Necessário (Mas, nem Sempre) .....	190
6.1.4.	Diferença entre Insalubridade, Periculosidade e Penosidade .....	191
6.1.5.	E o que seria Adicional de Penosidade? .....	192
6.1.6.	Adicional de Insalubridade.....	192
6.1.7.	Adicional de Periculosidade .....	193
6.1.8.	O Trabalhador pode Receber Insalubridade e Periculosidade ao Mesmo Tempo? .....	193
6.2.	A Caracterização .....	195
6.2.1.	Como Determinar se o Ambiente é Insalubre? .....	196
6.3.	Lista de Atividades Insalubres Conforme NR 15.....	197
6.4.	Fornecimento de EPI Elimina o Pagamento de Insalubridade?.....	197
6.4.1.	Trabalho Intermitente X Insalubridade .....	198
6.4.2.	Direito Adquirido X Insalubridade .....	198
6.4.3.	O Fornecimento de EPI Elimina o Pagamento de Insalubridade?.....	199
6.5.	Eliminação da Insalubridade x Trabalhador.....	200
6.6.	Cálculo do Adicional de Insalubridade.....	200
6.7.	Periculosidade.....	200
6.8.	Pagamento por Risco Iminente .....	201
6.9.	Onde Encontrar a Lista de Atividades Perigosas .....	201
6.10.	Caracterização da Periculosidade.....	201
6.11.	Convenções Coletivas .....	201
6.12.	Por que só essas Profissões e Funções têm Direito aos Adicionais? .....	202
<b>7.</b>	<b>ERGONOMIA.....</b>	<b>205</b>
7.1.	Conceito de Ergonomia .....	207
7.2.	Tipos de Ergonomia .....	207
7.3.	Campos de Estudo da Ergonomia.....	208
7.4.	Lesões Provocadas por Condições Ergonômicas Inadequadas .....	209
7.5.	Métodos e Técnicas de Controle de Riscos .....	209
7.6.	Técnicas Utilizadas na Análise do Trabalho .....	210
7.7.	Análise de Sistemas .....	210
7.8.	Análise dos Postos de Trabalho.....	211
7.9.	Dicas para Transporte Manual de Cargas .....	211
7.10.	Mobiliário dos Postos de Trabalho .....	212
7.11.	Assentos.....	213
7.12.	Dicas de Ergonomia no Uso do Computador .....	213
7.12.1.	Dicas Sobre Postura e Posição .....	214
7.12.2.	Dicas Sobre Tela .....	214
7.12.3.	Dicas Sobre o Ambiente.....	215
7.12.4.	Dicas Sobre a Utilização de Notebooks.....	215
7.13.	Quanto Peso Manual um Trabalhador Pode Transportar?.....	215
<b>8.</b>	<b>ACIDENTE DE TRABALHO .....</b>	<b>219</b>
8.1.	Acidente de Trabalho de Acordo com a Lei .....	221
8.2.	Como Evitar Acidentes de Trabalho .....	224
8.3.	As Perdas .....	224
8.4.	Dados Estatísticos de Acidentes de Trabalho .....	225
8.5.	Causas de Acidentes de Trabalho.....	225
8.6.	Acidentes Causados por Falhas Humanas.....	226
8.7.	Como Evitar Acidentes de Trabalho .....	228
8.7.1.	Como Fazer a Análise de Risco? .....	228
8.8.	Avaliação de Risco .....	229



8.9.	Abordagem dos Riscos Deve ser Feita por Etapa .....	229
8.10.	Um Pouco de GHE .....	230
8.10.1.	Etapa 1 – Identificação dos Perigos e dos Grupos de Pessoas em Risco .....	232
8.10.1.1.	Identificação dos Trabalhadores que Poderão Estar Expostos a Riscos... ..	232
8.10.2.	Etapa 2 – Avaliação e Prioridade dos Riscos .....	233
8.10.3.	Etapa 3 – Decisão Sobre Medidas Preventivas .....	234
8.10.4.	Etapa 4 – Acompanhamento e Revisão .....	235
8.11.	Fases da Conscientização.....	237
8.12.	EPCs .....	238
8.13.	EPIs .....	238
8.14.	Ferramentas de Prevenção .....	238
8.14.1.	Diálogo Diário de Segurança (DDS).....	238
8.14.2.	Check List .....	240
8.14.3.	Investigação de Acidentes.....	240
8.14.4.	Inspeções de Segurança .....	240
8.14.5.	APR.....	241
8.14.6.	PT .....	241
8.14.7.	Sinalização / Placas de Aviso .....	242
8.14.8.	Mapa de Risco .....	242
8.15.	Organização do Ambiente.....	243
8.16.	Não Improvisar.....	243
8.17.	Participar dos Treinamentos Oferecidos Pela Empresa.....	244
8.18.	A Parte que Cabe a Empresa .....	244
8.19.	Ações Regressivas do Inss .....	245
8.20.	Legislação Punição - Responsabilidade Criminal .....	246
8.21.	Multas por Descumprimento das Normas de Segurança .....	246
8.22.	Direito de Recusa .....	248
8.22.1.	Direito a Segurança do Trabalho .....	248
8.22.2.	Rescisão do Contrato - Pelo Trabalhador por Exposição ao Risco.....	249
8.22.3.	Embasamento Normativo - Direito de Recusa ao Trabalho .....	249
8.22.4.	O que Significa Risco Grave e Eminente? .....	249
8.22.5.	Manter o Ambiente Seguro é Responsabilidade do Empregador .....	250
8.22.6.	Convenção N.155 da OIT.....	250
8.22.7.	O Funcionário Vende a Força de Trabalho, mas não Deve Vender a Vida.....	251
8.22.8.	Direito de Recusa não é Muleta para Funcionário Preguiçoso .....	251
8.22.9.	Como Recusar o Trabalho nas Condições Citadas Nesse Texto? .....	251
8.22.10.	Concluindo Direito de Recusa.....	252
8.23.	Primeiros Socorros .....	252
8.23.1.	Conceito.....	252
8.23.2.	Fatores Emocionais em Primeiros Socorros .....	252
8.23.3.	Plano de Ação do Socorrista.....	253
8.23.4.	Kit de Primeiros Socorros é Obrigatório .....	253
8.23.5.	O Kit é Obrigatório Segundo a NR .....	254
8.23.6.	Treinamento de Primeiros Socorros e Uso do Kit.....	254
8.23.7.	O que Deve Conter no Kit de Primeiros Socorros? .....	254
8.23.8.	Posso Colocar Medicamentos para Dor de Cabeça e Outros?.....	255
8.24.	Conclusão - Acidente de Trabalho.....	256
<b>9.</b>	<b>PROGRAMAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO .....</b>	<b>259</b>
9.1.	PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais .....	261
9.1.1.	O que é PPRA?.....	261

9.1.2.	Quais as Empresas que Precisam Implantar o PPRA? .....	261
9.1.3.	Qual a Finalidade do PPRA? .....	262
9.1.4.	Quem Pode Elaborar o PPRA? .....	264
9.1.4.1.	Técnico em Segurança pode Elaborar PPRA? .....	265
9.1.5.	Qual Deve ser Feito Primeiro o PPRA ou o PCMSO? .....	266
9.1.6.	Estrutura do Programa .....	266
9.1.7.	Qual a Periodicidade do PPRA? .....	266
9.1.8.	Onde Deve ser Guardado e quem Deve ter Acesso a Ele? .....	266
9.1.9.	Cronograma de Ações do PPRA .....	267
9.1.10.	A Importância do PPRA .....	267
9.1.11.	Principais Erros Cometidos no PPRA .....	272
9.2.	PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional .....	275
9.2.1.	O que Significa a Sigla PCMSO? .....	275
9.2.2.	Qual a Norma que Regulamenta o PCMSO? .....	275
9.2.3.	Para que Serve o PCMSO? .....	275
9.2.4.	Quem tem que Pagar pela Elaboração do PCMSO? .....	275
9.2.5.	Quem pode Elaborar o PCMSO? .....	276
9.2.6.	Como Ocorre a Elaboração do PCMSO? .....	276
9.2.7.	Qual a Validade do PCMSO? .....	276
9.2.8.	A Falta do PCMSO pode Levar à Multa? .....	276
9.2.9.	A Partir de Quantos Funcionários a Empresa deve ter o PCMSO? .....	276
9.2.10.	Quanto Custa a Elaboração do PCMSO? .....	277
9.2.11.	Relatório Anual do PCMSO .....	277
9.2.12.	Os Exames Complementares do PCMSO Podem ser Feitos pelo SUS? .....	277
9.2.13.	Implantação do PCMSO .....	278
9.2.14.	E se na Região não tiver Médico do Trabalho o que Fazer? .....	278
9.2.15.	Por Quanto Tempo Devo Guardar o PCMSO? .....	278
9.2.16.	A Importância do PCMSO .....	278
9.3.	PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção .....	280
9.3.1.	O que é PCMAT? .....	280
9.3.2.	Para que Serve o PCMAT? .....	280
9.3.3.	Quais Empresas Precisam ter o PCMAT? .....	281
9.3.4.	Qual a Validade do PCMAT? .....	281
9.3.5.	Qual Profissional pode Elaborar o PCMAT? .....	281
9.3.6.	Qual a Diferença entre PCMAT e PPRA? .....	282
9.3.7.	A Obra que tem PPRA Também Precisa ter PCMAT? .....	282
9.3.8.	Quais Documentos Integram o PCMAT? .....	282
9.3.10.	Quanto Tempo é Necessário Guardar o PCMAT? .....	283
9.3.11.	Onde Deve ser Guardado o PCMAT? .....	283
9.3.12.	Conclusão .....	283
9.4.	PCA - Programa de Conservação Auditiva .....	283
9.4.1.	Sobre o Ruído .....	283
9.4.2.	O que é PCA? .....	284
9.4.3.	Quem Elabora o PCA .....	284
9.4.4.	Na Prática .....	284
9.4.5.	Parcerias .....	285
9.4.6.	A Parte que Cabe ao PCMSO .....	286
9.4.7.	Periodicidade Mínima da Audiometria nos Trabalhadores .....	286
9.4.8.	Conclusão .....	287
9.5.	PCV - Programa de Conservação Visual .....	287

9.5.1.	Quais Empresas Devem Implantar.....	287
9.5.2.	Normas Regulamentadoras .....	288
9.5.3.	O PCV no Ambiente.....	288
9.5.4.	Estrutura do PCV.....	289
9.5.5.	Periodicidade .....	290
9.5.6.	Conclusão.....	291
9.6.	PPR - Programa de Proteção Respiratória .....	291
9.6.1.	Agentes Químicos Agressores.....	291
9.6.2.	Agentes Biológicos.....	291
9.6.3.	Conclusão.....	292
9.7.	Conclusão - Programas de Segurança.....	292
<b>10.</b>	<b>ASSUNTOS E FERRAMENTAS QUE TODO PROFISSIONAL DE SST PRECISA CONHECER .....</b>	<b>295</b>
10.1.	PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário .....	297
10.2.	O que é PPP?.....	297
10.3.	Atualmente o PPP Vale para Todas as Empresas?.....	297
10.4.	Quando Deve ser Emitido?.....	298
10.5.	Tempo de Guarda do PPP .....	298
10.6.	Responsável pelo PPP .....	298
10.7.	CIPA .....	299
10.7.1.	O que é CIPA?.....	299
10.7.2.	Para que Serve a CIPA? .....	299
10.7.3.	Direito a Estabilidade (Garantia de Emprego) na CIPA .....	299
10.7.4.	Como a CIPA é Formada? .....	300
10.7.5.	Como Definir o Número de Membros da CIPA?.....	300
10.7.6.	Quando a Empresa Precisa ter CIPA?.....	301
10.7.7.	Funcionário em Período de Experiência Pode se Candidatar a Cargo de CIPA? .....	302
10.7.8.	Técnico de Segurança do Trabalho Pode se Candidatar na CIPA?.....	302
10.7.9.	Estagiário pode se candidatar na CIPA? .....	303
10.7.10.	Quem Pode Ministar Treinamento da CIPA?.....	304
10.7.11.	Principais Atribuições da CIPA.....	304
10.7.12.	Organização dos Envolvidos na CIPA .....	305
10.7.13.	O que faz o Designado da CIPA?.....	306
10.7.14.	Devo Protocolar a CIPA no SRTE?.....	307
10.7.15.	Quando um Membro sai da CIPA como Posso Colocar Outro no Lugar?.....	307
10.7.16.	Em quais Situações a Empresa pode Encerrar as Atividades da CIPA? ..	307
10.7.17.	Atribuições dos Funcionários na CIPA II .....	307
10.7.18.	Considerações Finais.....	308
10.8.	O que é Ordem de Serviço.....	308
10.8.1.	Legislação para o Empregador.....	308
10.8.2.	Legislação para os Funcionários .....	308
10.8.3.	Ler Antes de Assinar .....	309
10.8.4.	Por que ter a Ordem de Serviço na Empresa?.....	309
10.8.5.	A Ordem de Serviço é Importante para o Empregador.....	309
10.8.6.	A Ordem de Serviço é Importante para o Funcionário .....	309
10.8.7.	Em Quantas Vias Deve ser Emitida a Ordem de Serviço? .....	310
10.8.8.	Atualizações da Ordem de Serviço .....	310
10.8.9.	A Ordem de Serviço Deve ser Feita por Função, Por quê?.....	310
10.8.10.	Quando Deve ser Assinada a Ordem de Serviço? .....	310

10.8.11.	Qual o Profissional Pode Elaborar e Assinar a Ordem de Serviço? .....	311
10.8.12.	Como Elaborar a Ordem de Serviço? .....	311
10.9.	LTCAT .....	311
10.9.1.	O LTCAT Continua Valendo? .....	311
10.9.2.	Para que Serve? .....	311
10.9.3.	Qual é a Periodicidade do LTCAT? .....	312
10.9.4.	Quem Elabora o LTCAT? .....	312
10.9.5.	Quem Instituiu o LTCAT? .....	312
10.10.	CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho .....	313
10.10.1.	Tipos de CAT .....	313
10.10.2.	Quando Deve ser Emitida? .....	313
10.10.3.	Se o Empregador Não Emitir a CAT Outra Pessoa Poderá Fazer? .....	313
10.10.4.	As Vias da CAT .....	314
10.11.	Incêndio e Brigada de Incêndio.....	314
10.11.1.	Relatório de Inspeção do Corpo de Bombeiros - Itens Exigidos .....	317
<b>11.</b>	<b>HIGIENE OCUPACIONAL .....</b>	<b>325</b>
11.1.	Exposição ao Perigo ou ao Risco? .....	327
11.1.1.	Áreas de Atuação de Higiene Ocupacional .....	327
11.1.2.	Tipos de Agentes .....	328
11.1.3.	Higiene Ocupacional .....	329
11.1.4.	Estudo .....	329
11.1.5.	Entendendo as Análises.....	329
11.1.6.	Condução dos Trabalhos.....	330
11.1.7.	Relatórios e Ações .....	330
11.1.8.	Qual a Prioridade das Medidas? .....	331
11.1.9.	Concluindo .....	331
11.2.	Equipamentos de Avaliação Ambiental .....	332
11.2.1.	Equipamentos de Medição.....	332
11.2.2.	Anemômetros .....	332
11.2.3.	Bomba para Amostragem de Gases e Poeira .....	332
11.2.4.	Detector de Gás.....	333
11.2.5.	Decibelímetro ou Medidor de Nível de Pressão Sonora.....	333
11.2.6.	Dosímetro .....	334
11.2.7.	Monitor de Ibutg (Índice de Bulbo Úmido e Termômetro de Globo) ..	334
11.2.8.	Medidores de Vibração Humana.....	335
11.2.9.	Luxímetro.....	335
11.2.10.	Higrômetro.....	336
11.2.11.	Explosímetro .....	336
<b>12.</b>	<b>OS PRIMEIROS PASSOS NA SEGURANÇA DO TRABALHO .....</b>	<b>339</b>
12.1.	Exercendo a Profissão.....	341
12.2.	Profissionais de Segurança do Trabalho o Ônus e o Bônus .....	343
12.2.1.	Quem Somos na Empresa, nos Setores de Trabalho e até Mesmo na Sociedade.....	343
12.2.2.	Profissionais de SST o Ônus e o bônus de Trabalhar no Segmento.....	344
12.2.2.1.	O Ônus .....	344
12.2.2.1.	O Bônus .....	345
12.2.3.	Conclusão.....	347
12.3.	15 Erros que o Técnico de Segurança do Trabalho não Pode Cometer ..	347
12.4.	Como se Portar Diante do Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho ..	353
12.5.	Como Fazer Check List .....	358

12.6.	Qualitativo ou Quantitativo - Veja a Diferença.....	363
<b>REFERÊNCIAS</b> .....		<b>375</b>
<b>GLOSSÁRIO</b> .....		<b>381</b>



# LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
ABPA	Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
APR	Análise Preliminar de Risco.
AR	Análise de Risco.
AS	Arsênio.
AVCB	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.
CA	Certificado de Aprovação.
CAI	Certificado de Aprovação de Instalações.
CAT	Comunicação de Acidente de Trabalho.
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações.
CERCON	Certificado de Conformidade.
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
CIPAMIN	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes na Mineração.
CL	Cloro.
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho.
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas.
CNTT	Comissão Nacional Temática Tripartite.
CONPAT	Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho.
CR	Cromo.
CTPP	Comissão Tripartite Paritária Permanente.
dB	Decibel.
DDHS	Diálogo Diário de Higiene e Segurança.
DDHSMA	Diálogo Diário de Higiene Segurança e Meio Ambiente.
DDS	Diálogo Diário de Segurança.
DHSMQ	Diálogo Diário de Higiene, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade.
DAC	Dispositivo de Ancoragem de Cabo.
DORT	Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho.
DOU	Diário Oficial da União.
DPC	Diretoria de Portos e Costas.
DRT	Delegacias Regionais do Trabalho.
EPC	Equipamentos de Proteção Coletiva.
EPI	Equipamento de Proteção Individual.
FISPOQ	Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos.
GET	Grupo de Estudos Tripartite.
GHE	Grupo Homogêneo de Exposição.
GT	Grupo de Trabalho.
GTT	Grupo Tripartite de Trabalho.
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana.
IBUTG	Índice de Bulbo Úmido e Termômetro de Globo.
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

INSS	Instituto Nacional do Seguro Social.
INTO	Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia.
IT	Instruções Técnicas.
LER	Lesões por Esforços Repetitivos.
LMR	Lesões por Movimentos Repetitivos.
LTCAT	Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho.
MEC	Ministério da Educação e Cultura.
MN	Manganês.
MS	Ministério da Saúde.
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego.
NBRs	Normas Brasileiras.
NHO	Norma de Higiene Ocupacional.
NRs	Normas Regulamentadoras.
NT	Normas Técnicas.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
OMS	Organização Mundial de Saúde.
ONGs	Organizações Não Governamentais.
P	Fósforo.
PAIR	Perda Auditiva Induzida Pelo Ruído.
PAIRO	Perda Auditiva Induzida Pelo Ruído Ocupacional.
PCA	Programa de Conservação Auditiva.
PCMAT	Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
PCV	Programa de Conservação Visual.
PGR	Programa de Gerenciamento de Risco.
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
PNVT	Programa Nacional de Valorização do Trabalhador.
PPP	Perfil Profissiográfico Previdenciário.
PPR	Plano de Proteção Radiológica.
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
PT	Permissão de Trabalho.
PTE	Permissão de Trabalho Especial.
SESMT	Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida.
SIPAT	Semana Interna de Prevenção de Acidentes.
SIT	Secretaria de Inspeção do Trabalho.
SRTE	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.
SST	Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho.
TST	Técnico em Segurança do Trabalho.



CAPÍTULO

1

# INTRODUÇÃO A SEGURANÇA DO TRABALHO

---

O QUE É SEGURANÇA DO TRABALHO?

•

COMO SURTIU A SEGURANÇA DO TRABALHO - UM POUCO DE HISTÓRIA

•

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO SESMT

•

O QUE É SESMT?

•

ATRIBUIÇÕES DO SESMT DE ACORDO COM A NR 4

•

PROFISSIONAIS QUE FAZEM PARTE DO SESMT

•

PROFISSIONAIS PREVENICIONISTAS QUE NÃO FAZEM PARTE DO  
SESMT NR 4

•

QUEM DEFINE A QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS DO SESMT  
QUE DEVEM ATUAR NA EMPRESA?

•

IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA DO TRABALHO

---





# INTRODUÇÃO A SEGURANÇA DO TRABALHO

# 1

**CAPÍTULO**

Conheceremos neste capítulo a segurança do trabalho como um todo. Será apresentado um breve histórico sobre **Segurança do Trabalho**. Vamos entender o que é para depois aprofundarmos no assunto.

Desde que o mundo foi criado o homem precisa trabalhar para prover o seu sustento. No início o trabalho era feito manualmente. E aos poucos o homem foi criando ferramentas para facilitar o seu trabalho. Algumas ferramentas criadas geraram riscos que no trabalho manual não existiam. Esses novos riscos obrigaram a tomada de medidas de prevenção aos riscos ocupacionais.

Até o século passado o trabalhador era considerado por muitos como peça descartável do processo de trabalho, ou seja, se acontecesse algum acidente ou o óbito do colaborador, bastava substituí-lo. Já no ano de 1844 a Grã-Bretanha aprovou o que estimam ser as primeiras leis de segurança do trabalho. Com o surgimento da OIT em 1919 e também de outros órgãos internacionais, pensar em segurança do trabalho passou a fazer parte do processo de trabalho. E fez com que a situação de insegurança no trabalho fosse mudando aos poucos.

Aos poucos a onda de segurança do trabalho também chegou ao Brasil.

Convém ressaltar que a Segurança do Trabalho tem crescido bastante no Brasil. Em vários estados até os órgãos públicos têm se adequado gradativamente. Isso é um grande avanço, principalmente por que mostram que estão dando exemplo. Estão começando a viver aquilo que tanto cobram das empresas. Isso é justo.

## 1.1. O QUE É SEGURANÇA DO TRABALHO?

A **Segurança do Trabalho** é um conjunto de ações voltadas à prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Essas medidas visam interferir no modo como os trabalhos são realizados, tornando o ambiente mais seguro, agradável e compatível com a preservação da saúde e da integridade física de todos os presentes no local ou que interajam no local ainda que de forma eventual.

Para implantar medidas de trabalho seguras é necessário que antes se faça um estudo do ambiente de trabalho. Através dele é possível determinar quais são as atitudes indicadas para determinado setor.

Alguns exemplos da aplicação da segurança do trabalho em um ambiente:

- » Adaptação de máquinas às condições físicas do operador.
- » Estudo de formas para prevenir e combater incêndio.
- » Treinamentos e palestras sobre uso de EPI.
- » Adaptação da iluminação de forma a evitar pontos de escuridão no ambiente de trabalho. Introdução a Segurança do Trabalho.
- » Estudo do ambiente de trabalho, observando as condições ergonômicas, e de conforto dos funcionários.
- » Treinamentos sobre postura correta no transporte de materiais.
- » Colocar proteções que impeçam o contato acidental nas polias e partes móveis de maquinários.
- » Colocar proteções que impeçam o contato acidental nas partes quentes ou cortantes dos maquinários.



©iStockphoto.com/luanduan

## 1.2. COMO SURTIU A SEGURANÇA DO TRABALHO – UM POUCO DE HISTÓRIA

Veja um breve resumo sobre a história da segurança do trabalho.

### 1.2.1. NO MUNDO

Na civilização Greco-Romana, Aristóteles cuidou das enfermidades dos mineiros e tentava evitá-las. Hipócrates (o pai de medicina) que viveu entre 460 a.C. a 370 a.C. identificou a origem das doenças relacionadas ao trabalho com as minas de estanho, já nos tempos da Grécia Antiga. No Século XVI, Paracelso estudou as afecções dos mineiros. Em 1700, Bernardus Ramazzini que é considerado (o pai da medicina do trabalho) publicou sua obra “As doenças dos trabalhadores”.

Em torno de 1760 surge a Revolução Industrial na Inglaterra, com o aparecimento das máquinas de tecelagem movidas a vapor (tear mecânico). O artesão e sua família passam a trabalhar nas fábricas. Podemos dividir a Revolução Industrial em três fases:

- » **1760 a 1830:** Ateve-se praticamente a Inglaterra. Surgiram as primeiras máquinas movidas a vapor.
- » **1830 a 1900:** Difundiu-se pela Europa e América. Surgiram novas formas de energia: hidrelétricas e novos combustíveis (gasolina).
- » **1900 em diante:** Várias inovações surgiram: energia atômica, meios de comunicação rápida, produção em massa.

Alguns historiadores indicam a 4ª fase, a partir da década de 50, com o advento dos computadores.

Veja a seguir outros fatos importantes:

- » **1802:** O parlamento inglês através de uma comissão de inquérito, aprovou a 1ª lei de proteção aos trabalhadores: lei de saúde e moral dos aprendizes, estabelecendo limite de 12 horas de trabalho/dia, proibindo o trabalho noturno, obrigava os empregadores a lavarem as paredes das fábricas duas vezes ao ano e tornava obrigatória a ventilação desses locais.
- » **1831:** Na Inglaterra uma Comissão Parlamentar de Inquérito, elaborou um cuidadoso relatório, o qual concluía que: “Diante dessa Comissão Parlamentar desfilou longa procissão de trabalhadores homens e mulheres, meninos e meninas, abobalhados, doentes, deformados, degradados na sua qualidade humana, cada um deles é clara evidência de uma vida arruinada. Um quadro vivo da crueldade humana do homem para com o homem, uma impiedosa condenação imposta por aqueles que, detendo em suas mãos poder imenso, abandonam os fracos à capacidade dos fortes”.
- » **1844 -1848:** A Grã-Bretanha aprova as primeiras leis específicas de segurança do trabalho e saúde pública.
- » **1919:** Criação da OIT (Organização Internacional do Trabalho). O Brasil é membro fundador.

### 1.2.2. NO BRASIL

- » **1891:** A preocupação prevencionista teve início com a Lei que tratava da proteção ao trabalho dos menores, em 23/01/1891.
- » **1919:** Criada a Lei nº 3.724, de 15/01/19 – Primeira Lei brasileira sobre acidentes de trabalho.
- » **1941:** Em 21/04/41, empresários fundam no Rio de Janeiro a ABPA (Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes).
- » **1943:** CLT foi aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, em 01/05/43 (entrou em vigor em 10/11/43). Foi o instrumento jurídico que viria a ser prática efetiva da prevenção no Brasil.

- » **1944:** Decreto-Lei nº 7.036 de 10/11/44 promoveu a “reforma da Lei de acidentes de trabalho” (um desdobramento que contava no capítulo V do Título II da CLT), objetivando maior entendimento da matéria e agilizando a implementação dos dispositivos da CLT referentes à Segurança e Higiene do Trabalho, além de garantir as assistências médica, hospitalar e farmacêutica aos acidentados e indenizações por danos pessoais por acidentados. Este Decreto-Lei, em seu artigo 82 criou as CIPA.
- » **1953:** Decreto-Lei nº 34.715, de 27/11/53 instituiu a SIPAT (Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho) a ser realizada na 4ª semana de novembro de cada ano. Também em 1953 a Portaria 155 regulamenta e organiza as CIPAs e estabelece normas para o funcionamento.
- » **1955:** Criada a Portaria 157, de 16/11/55 para coordenar e uniformizar as atividades das SIPAT. Constando a realização do Congresso anual da CIPA durante a SIPAT. O Título do Congresso passou em 1961 para Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CONPAT). A exclusão do CONPAT ocasionou a proliferação de Congressos e outros eventos.
- » **1960:** A Portaria 319 de 30/12/60 regulamenta o uso dos EPIs.
- » **1966:** Criada conforme Lei nº 5.161 de 21/10/66 a Fundação Centro Nacional de Segurança Higiene e Medicina do Trabalho, atual Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, em homenagem ao seu primeiro Presidente. Hoje mais conhecida como FUNDACENTRO.
- » **1967:** A Lei nº 5.316 de 14/09/67 integrou o seguro de acidentes de trabalho na Previdência Social.
- » **1976:** Surge a 6ª lei de acidentes de trabalho, e identifica doença profissional e doença do trabalho como sinônimos e os equipara ao acidente de trabalho.
- » **1972:** Decreto nº 7.086 de 25/07/72, estabeleceu a prioridade da Política do PNV (Programa Nacional de Valorização do Trabalhador). Selecionou 10 prioridades, entre elas a Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho. A Portaria 3.237 do MTE de 27/07/72 criou os serviços de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho nas empresas. Foi o “divisor de águas” entre a fase do profissional espontâneo e o legalmente constituído. Esta portaria criou os cursos de preparação dos profissionais da área.
- » **1974:** Iniciados, enfim, os cursos para formação dos profissionais de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.
- » **1977:** A Lei nº 6.514 de 22/12/77 modificou o Capítulo V do Título II da CLT. Convém ressaltar que essa modificação deu nova cara à CIPA, estabeleceu a obrigatoriedade, estabilidade, entre outros avanços.
- » **1978:** Criação das **NRs** (Normas Regulamentadoras), aprovadas pela Portaria 3.214 de 08/06/78 do MTE, aproveitando e ampliando as postarias existentes e Atos Normativos, adotados até na construção da Hidrelétrica de Itaipu. Foram criadas na ocasião 28 Normas Regulamentadoras. Essa portaria representou um dos principais impulsos dados à área de Segurança e Medicina do Trabalho na época.

- » **1979:** Em virtude da carência de profissionais para compor o SESMT, a resolução nº 262 regulamenta a criação de cursos em caráter prioritário para esses profissionais.
- » **1983:** A Portaria nº 33 alterou a **NR 5**, incluindo os riscos ambientais.
- » **1985:** A Lei nº 7.410 de 27/11/85, oficializou a especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho e criou a categoria profissional de Técnico em Segurança do Trabalho, até então os únicos profissionais prevencionistas não reconhecidos legalmente. Dava prazo de 120 dias para o MEC incluir os currículos básicos do curso de especialização em Técnico de Segurança do Trabalho. Mas somente em 1987, através do parecer 632/87 do MEC, foi estabelecido o curso de formação de Técnico em Segurança do Trabalho em vigor.
- » **1986:** A Lei nº 7.498/86 regulamenta as profissões de Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem.
- » **1986:** A Lei nº 9.235 de 09/04/86 regulamentou a categoria de Técnico de Segurança do Trabalho, que na década de 50 eram chamados de “Inspetores de Segurança”.
- » **1990:** O quadro do SESMT **NR 4** é atualizado. O SESMT a partir de então é formado por:
  - » Engenheiro de Segurança do Trabalho.
  - » Médico do Trabalho.
  - » Enfermeiro do Trabalho.
  - » Auxiliar de Enfermagem do Trabalho.
  - » Técnico em Segurança do Trabalho.
- » **1991:** Lei 8.213/91 estabelece o conceito legal de Acidente de Trabalho e de Trajeto nos Artigos 19 a 21 e no Artigo 22, também estabelece a obrigação da empresa em comunicar os Acidentes do Trabalho às autoridades competentes, dentre outras ações importantes. Foi posteriormente alterado pelo Decreto nº 611, de 21 de julho de 1992.
- » **2001:** Entra em vigor a Portaria nº 458 de 4 de Outubro de 2001 e fica proibido a partir de então, o trabalho infantil no Brasil.
- » **2012:** A presidente do Brasil institui, através da Lei nº 12.645, de 16 de maio de 2012, o dia 10 de outubro como o Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas.

### 1.3. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO SESMT

Dentre os profissionais ligados a área da prevenção que é mais conhecida como segurança do trabalho, tem os que fazem parte do SESMT e os que não fazem. Independente de fazer ou não parte do SESMT cada profissional que colabora com a segurança dos demais trabalhadores, deve ser olhado com carinho. Afinal, o importante não é a posição que se ocupa e sim o trabalho que se presta em favor do bem maior das empresas que são seus trabalhadores (ainda que muitas empresas, não se deem conta disso).